

# Economia solidária e empreendedorismo social: perspectivas de inclusão social pelo trabalho<sup>1</sup>

Alex Gomes Esteves<sup>2</sup>

## Resumo

Esta reflexão buscou elucidar os modos de compreensão da categoria trabalho sob a lógica excludente do capitalismo e a proposta da economia solidária. Visou-se analisar as potencialidades das práticas solidárias na constituição de uma nova sociabilidade, pela via do trabalho. Os discursos da empregabilidade e do empreendedorismo foram considerados sob a perspectiva da economia solidária. Desvendar possibilidades da formação e capacitação nos espaços desta outra economia exige um esforço crítico constante, dado que não se pode dessituá-los da dinâmica de relações capitalistas. Considerar a economia solidária, então, implica averiguar suas potencialidades enquanto movimento social e histórico, portanto, complexo e contraditório.

## Palavras-chave

Economia solidária; Trabalho; Empreendedorismo social.

## Solidary economy and social entrepreneurship: perspectives of social inclusion by the work

## Abstract

This reflection has sought to elucidate the ways of understanding the work category under the exclusionary logic of capitalism and the proposal of the solidarity economy. The aim was to analyze the potential of joint practices in the constitution of a new sociability, through the work. The discourses of employability and entrepreneurship were considered from the perspective of solidarity economy. Uncover the possibilities of education and training in other areas of the economy requires a constant critical effort, since you cannot remove them the dynamics of capitalist relations. Consider the social economy, then, means to ascertain its potential as a social movement and history, therefore, complex and contradictory.

## Keywords

Solidary economy; Solidarity based economy; Work; Social entrepreneurship.

## **Empreendedorismo: faces de uma mesma moeda**

No contexto das relações de trabalho em uma sociedade de mercado, a lógica operante é a do capital. A forma da organização econômica vigente é capaz de provocar mudanças políticas e sociais. Neste sentido, nossa proposta é a de discutir a questão do empreendedorismo, tomada enquanto idéia ou valor disseminado na sociedade mercantil com o intuito de convencimento do trabalho informal enquanto alternativa social. Ao considerarmos a informalidade como o campo central onde atuam as práticas de economia solidária atualmente, esta discussão torna-se essencial à reflexão.

No contexto econômico no qual a sociedade se insere, a cultura do auto-emprego dissemina amplamente a noção de que a informalidade é uma alternativa válida ao campo do trabalho formal, o que promove como consequência, por um lado, a precarização dos direitos e condições de trabalho, e por outro, a redução dos custos de manutenção do trabalho e da máquina econômica. A cultura do auto-emprego, largamente difundida na atualidade, dá ao trabalho por conta própria caráter de mobilizador das virtudes empreendedoras, ao mesmo tempo em que a ‘sociedade por conta própria’ torna-se alternativa para a não intervenção do Estado na promoção de empregos e na garantia de direitos trabalhistas.

O que podemos depreender disto é o papel fundamental da cultura na formação de subjetividades coletivas em tempo de crise estrutural nas relações de trabalho, o que é inerente às relações determinadas sob a égide do capital. É a cultura que, enquanto processo social, cria novos modos de lidar com o trabalho, dentre eles o empreendedorismo e, podemos dizer, a própria economia solidária. De acordo com Barbosa (2007b, p. 67), “as mudanças não são só econômicas no aparelho produtivo e na apropriação de riquezas, mas também na maneira de as classes sociais pensarem, lidarem e resolverem os dilemas sociais”.

A configuração que apresentamos, conta com o empreendedorismo como um dos valores centrais. Segundo aquilo que é disseminado pela cultura neoliberal, o empreendedorismo tanto se refere à atividade empresarial por conta própria, quanto à capacidade do trabalhador assalariado de inovação. Conforme aponta Dias (2006) o Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE discute sobre empreendedorismo da seguinte maneira:

No presente século, o enfoque do empresário empreendedor como fator dinâmico de expansão das economias de mercado é resgatado ao nível da teoria econômica de Joseph Schumpeter, para quem o estímulo para o início de um novo ciclo eco-

nômico, assenta-se principalmente nas inovações tecnológicas introduzidas por esta categoria de empresário. Nesses termos, Schumpeter apresenta-nos o conceito de destruição criadora, que se fundamenta no princípio de que o papel do empresário empreendedor é justamente o de propiciar a quebra de paradigmas nas economias de mercado estabelecendo novos patamares econômicos e tecnológicos nas suas estruturas-produtivas, sempre na busca de lucro e de realização profissional e individual (SEBRAE *apud* DIAS, 2006).

O indivíduo empreendedor é vendido por essa cultura como um visionário, dotado de uma personalidade capaz de lidar com o desconhecido e de criar novas possibilidades. O empreendedor é aquele capaz de enxergar oportunidades, e de diferenciar-se no mercado, por sua capacidade criativa. Schumpeter (1976), por exemplo, define os empreendedores como idealizadores, aqueles que possuem “a idéia do negócio”, pessoas que buscam aproveitar oportunidades através da inovação, vislumbrando o lucro em contextos de incerteza e afirma que tais indivíduos interferem positivamente no desenvolvimento sócio-econômico mundial. O que é divulgado culturalmente sobre o empreendedorismo é que este é um símbolo da democracia do mercado, refletindo condições de livre iniciativa, ou seja, o empreendedorismo por oportunidade. Neste sentido, o que se expõe sobre o conceito é a noção de vontade pessoal enquanto propulsora do êxito na sociedade mercantil.

Dias (2006) ainda ressalta que a literatura que se dedica ao tema do empreendedorismo aponta que as mudanças tecnológicas são as únicas responsáveis pelo desemprego. Conforme coloca a autora,

destacando só processo e não o seu agente, o capital, que produz toda esta realidade de desemprego, infere-se o entendimento de que este processo é natural do desenvolvimento tecnológico cabendo aos indivíduos se adequarem às mudanças postas em condições dadas (p. 9).

Esta perspectiva ideológica também parte do pressuposto de que não há resistência da classe trabalhadora frente ao desemprego. Sendo assim, a saída individual, na qual o trabalhador deve se adequar às novas estruturas de mercado e aderir às suas novas exigências, é a única resposta ao desemprego. Neste sentido, ainda podemos apontar que o valorizado é a personalidade do empreendedor que incidirá diretamente no sucesso ou fracasso de sua empreitada. Ou seja, a subjetividade pessoal tem valor decisivo para o empreendedor e é de responsabilidade individual

qualquer acontecimento no percurso do seu negócio, o que reforça a noção de desemprego vinculada à falha individual do trabalhador, sem levar em conta a realidade contraditória e historicamente produzida (DIAS, 2006).

A partir do exposto, sob o viés de uma análise crítica do contexto no qual se insere essa visão do empreendedorismo tão amplamente difundida na contemporaneidade, Barbosa afirma que

[o empreendedorismo] consiste numa modalidade de atuação socioeconômica característica dos tempos restauradores recentes. Compõe um universo de argumentos e estratégias das novas modalidades produtivas flexibilizadas do capital que traz em si nova subjetividade, novo comportamento e novas relações sociais no contexto do trabalho e da produção. Mais que isso, o empreendedorismo insere-se, também, no campo das ações públicas acerca do desemprego e da geração de renda (2007b, p. 68).

Ou seja, podemos pensar no empreendedorismo como um valor que atua como mediador na adesão social a este contexto de trabalho, onde o mesmo é precarizado. Enquanto valor que prega a ascensão social através do próprio esforço, o empreendedorismo elimina a mobilização social em busca de maiores direitos e de ação estatal. Ao invés disso, concentra os esforços sociais na busca por ações empreendedoras enquanto forma de libertação da lógica do capital, dado que para se tornar empreendedor, é o indivíduo o responsável por aprimorar suas qualidades pessoais, de forma constante, já que a consecução de um negócio lucrativo, nesta perspectiva cultural, é de cunho pessoal.

Segundo Dias (2006), ao problematizar as iniciativas que visam uma formação empreendedora pelo SEBRAE, através de um embasamento em Schumpeter, este órgão agrega estrategicamente esta concepção de empreendedorismo, “de forma a convencer a sociedade brasileira de que, no bojo da economia de mercado, a instabilidade da vida impõe respostas e adaptações que podem ser promovidas pelo espírito empreendedor” (p. 1).

O empreendedorismo nada mais é do que um desdobramento da ideologia neoliberal que prega a liberação da economia e a quebra da regulamentação social. A figura do empreendedor foi fundamental na instituição do próprio capitalismo e, retomada agora, reinsere neste modelo o espírito empreendedor que comporta em si uma posição muito sedutora, que conta com a figura do empresário, inovadora, criativa e capaz de prover por si, independentemente das regulações do mercado. Naturalmente, esta volta às origens não se dá de forma pura,

uma vez que, a constituição do cenário internacional, com a interdependência dos mercados, a desregulamentação social, e a estrutura transnacional do capital não permitem que iniciativas empreendedoras individuais como as originais, que deram origem ao capitalismo, vingam. Assim, o empreendedorismo se atualiza e se utiliza da nova configuração do trabalho, flexibilizado, para tornar-se base de uma nova cultura de trabalho que é individualista e desvinculada das relações de trabalho centralizadas no assalariamento.

A imagem do empreendedor que se reinsere na cultura é aquela que é capaz de romper com a reprodução contínua de processos e gerar desenvolvimento a partir da descontinuidade do ciclo produtivo. Neste sentido, conforme discorre Barbosa, incluem-se cinco situações inovadoras, a saber, “1) introdução de um novo produto ou serviço; 2) um novo método de produção; 3) abertura de um novo mercado; 4) acesso a uma nova fonte de matérias-primas; e 5) instituição de uma nova organização industrial como monopólios” (2007b, p. 70). Conforme podemos perceber, em suma, toda ação empreendedora acaba por, de uma ou de outra forma, fortalecer o sistema capitalista, a partir de suas bases sociais.

Neste processo de reestruturação do capital, que conta com a restituição do valor empreendedor, também as pequenas empresas ganham ressignificação. Os pequenos negócios fragmentam os processos de produção e comercialização e, além disso, tem maior capacidade de reestruturação, se esta for necessária aos interesses de acumulação. O papel da pequena empresa se estende também como reguladora do enxugamento pessoal das grandes empresas, dado o desenvolvimento tecnológico. O pequeno negócio torna-se possibilidade de ocupação para o trabalhador desempregado, que não encontra mais espaço no modo de produção das grandes instituições capitalistas, da qual foi excluído. Além do que, este processo de fragmentação da produção, seja de produtos consumíveis e/ou prestação de serviços, torna-se alternativa extremamente lucrativa para as grandes empresas que, neste ambiente, encontra facilidade de terceirizar mão-de-obra, o que contribui para uma maior precarização dos direitos trabalhistas, baixos salários e o subemprego.

Os movimentos e as ações no sentido de desenvolver e divulgar o empreendedorismo se tornam cada vez mais intensas, com ampla construção especialmente no meio acadêmico e editorial, com variada literatura dedicada ao tema, como manuais de administração e gestão de negócios. Este movimento pode ser explicado pela necessidade de formação de jovens preparados para a inserção em um mercado de trabalho sem garantias de emprego, direitos sociais ou estabilidade, e, ao mesmo tempo, de alta competitividade. O que se vende para essa nova massa de jovens

trabalhadores e trabalhadoras, a dita ‘capacidade empreendedora’, não mais se volta para as grandes empresas e para os padrões organizacionais rígidos, mas para a capacidade de geração de um negócio próprio e a transformação do conhecimento acadêmico em um produto ou serviço.

É curioso perceber, entretanto, que as maiores taxas de ações empreendedoras não se encontram em países de forças produtivas desenvolvidas, mas em países periféricos, onde há baixa proteção social pública dos Estados nacionais. Ainda se pode notar que, enquanto nos países de alta renda, a motivação para o empreendedorismo é a oportunidade, nos países periféricos, o que motiva iniciativas empreendedoras é a necessidade. O Brasil, por exemplo, conta como um dos países com as mais altas taxas de ações empreendedoras, contudo, essas ações mobilizam-se entre as classes menos favorecidas, dado o alto percentual de desemprego e a frágil proteção social. Neste sentido, Salazar cita Vassapolo para demonstrar que,

as figuras do mercado de trabalho, os novos fenômenos do empreendedorismo cada vez mais se configuram em formas ocultas de trabalho assalariado, subordinado, precarizado, instável, trabalho ‘autônomo’ de última geração, que mascara a dura realidade da redução do ciclo produtivo. Na verdade, trata-se de uma nova marginalização social e não de um novo empresariado! (VASSAPOLO *apud* SALAZAR, 2008b, p. 31).

O discurso do empreendedorismo, nesta perspectiva, encara o capitalismo como o único modo de produção possível, onde as pessoas devem inserir-se de modo adaptativo às demandas impostas pelo mercado. Segundo afirma Dias, “neste sentido, não seria necessária uma transformação radical da sociedade, pois ser empreendedor seria a saída para resolver individualmente os problemas econômicos e sociais impostos pelo próprio capitalismo” (2006, p. 11).

O que nos chama a atenção no que é apresentado sobre o conceito de empreendedorismo na contemporaneidade da sociedade de mercado é exatamente esta associação entre a ação empreendedora e uma adaptação do trabalhador à nova ordem do capital. Não se fala nas possibilidades de transformação dessa realidade; cabe apenas ao proletariado adaptar-se à lógica do capital, ao invés desta se transformar através da ação empreendedora em uma lógica outra, formada por princípios outros.

A questão que se apresenta para nossa reflexão é a seguinte: de que forma o conceito de empreendedorismo, revestido, conforme foi apresentado até o momento,

de características que nada mais fazem do que adequar, acomodar e conformar os trabalhadores e trabalhadoras às novas formas de organização do trabalho que incluem sua precarização e a ausência de direitos sociais, pode ser subvertido e atuar como princípio norteador da resistência a essa precarização?

Sabemos que os empreendimentos que se incluem no projeto político da economia solidária também se relacionam com certas noções empreendedoras. Entretanto, é válido nos questionarmos de que maneira os valores da economia solidária compreendem e englobam o conceito de empreendedorismo. Analisaremos a partir de agora o conceito de empreendedorismo social, com o objetivo de compreender se ele responde à lógica outra da economia solidária, e onde se encontram suas semelhanças e diferenças.

### **Empreendedorismo social: faces de uma outra moeda**

O conceito de empreendedorismo se estabeleceu como possibilidade frente ao projeto neoliberal e sua conseqüência irrevogável, a saber, o desemprego estrutural. Este conceito surge advindo do meio empresarial e tenta contornar esta questão, através de uma noção controversa de liberdade dos processos inerentes ao capital e suas conseqüências, focado, principalmente, no indivíduo e seus esforços pessoais. Tentaremos agora articular o conceito recente de empreendedorismo social com as atuais transformações no mundo do trabalho e suas relações sociais. Segundo Farias, Moreira e Vidal (s/d),

com a emergência de experiências efetivas de desenvolvimento social a partir do ‘empoderamento comunitário’ e balizadas por redes sociais locais, o sistema capitalista pós-industrial está passando por mudanças silenciosas em sua estrutura. Os arranjos produtivos autogestionários baseados na cooperação, a concepção de mercado justo, o surgimento da socioeconomia solidária e a formação de redes associativas de desenvolvimento local sustentável e integrado sinalizam uma terceira via como contraponto ao sistema econômico neoliberal dominante (p. 1).

Estas mudanças mencionadas pelos autores estão referenciadas à emergência de outra organização sócio-econômica, baseada no desenvolvimento local, cada vez mais presente na conformação social e articulada com outros atores do mercado, com o próprio Estado e com a sociedade civil. O desenvolvimento local pode ser compreendido como “o processo endógeno de mobilização das energias sociais em espaços de pequena escala, que implementam mudanças capazes de

e elevar as oportunidades sociais, a viabilidade econômica e as condições de vida da população” (FRANCO *apud* FARIAS, MOREIRA e VIDAL, p. 1).

A própria noção de desenvolvimento deve, por princípio, não remeter-se apenas à esfera econômica da organização social; é necessário que desenvolvimento humano, social e econômico sejam articulados entre si, de modo a promover e garantir condições satisfatórias à vida. Isso se complementa se considerarmos que desenvolvimento social só pode ser pensado em vias de igualdade, ou seja, não há desenvolvimento social em relações desiguais. Dado que os processos de produção capitalista tendem à desigualdade estrutural, a questão do desenvolvimento e o modelo econômico neoliberal encontram-se num impasse.

O empreendedorismo social surge como um paradigma emergente de um novo modelo de desenvolvimento, que inclua os aspectos humano, social e econômico, e que seja, portanto, sustentável. Farias, Moreira e Vidal (s/d, p.3), apontam que o empreendedorismo social apresenta-se de modo a subverter as origens e questões do conceito clássico de empreendedorismo. Conforme descrevem os autores, muda-se o foco do negócio, que tem nas empresas, sobretudo nas grandes transnacionais e nas grandes instituições financeiras, o seu principal eixo de atuação, para o negócio do social, que tem na sociedade civil o seu principal foco, e na parceria envolvendo comunidade, governo e setor privado.

Naturalmente, há semelhanças entre o empreendedor empresarial e o empreendedor social; estas se referem principalmente à possibilidade de ambos para a criação de demanda, obtenção de recursos e a transformação de idéias em produtos e serviços. Contudo, como podemos observar, o foco das ações criativas do empreendedor social é outro, e o lucro não é a sua principal finalidade, ou seja, um negócio social gera lucro, mas como um meio para maximizar o impacto social, não como um fim.

Entretanto, o que se pode apreender da literatura sobre o tema do empreendedorismo social é que este conceito, apesar de focar outra área de atuação, é vendido muito similarmente ao conceito de empreendedorismo tradicional, gestado de forma contraditória como estratégia de enfrentamento de uma crise estrutural do emprego. Como exemplo, tomemos a definição de Dolabela para o empreendedor individual:

é um insatisfeito que transforma seu inconformismo em descobertas e propostas positivas para si mesmo e para os outros. É alguém que prefere seguir caminhos não percorridos, que define a partir do indefinido, acredita que seus atos



podem gerar conseqüências. Em suma, alguém que acredita que pode alterar o mundo. É protagonista e autor de si mesmo e, principalmente, da comunidade em que vive (2006, p. 24).

A seguir, analisemos a definição de Melo Neto e Fróes para o empreendedor social onde pontuam que este é “movido a idéias transformadoras e assume uma atitude de inconformismo e crítica diante das injustiças sociais existentes em sua região e no mundo” (2002, p. 34).

Podemos entender que esta insinuação de aproximação entre os conceitos relaciona-se diretamente à falta de uma base política na qual o empreendedorismo social pode se assentar. Esta noção pode ser apropriada facilmente pela lógica capitalista. A sua maior capacidade de subversão da sociedade de mercado encontra-se justamente na sua vinculação com um projeto político, o que dá a ela um caráter formador. É a noção de empreendedorismo social que viabiliza as propostas de empreendimentos sociais e de articulação em redes com base no desenvolvimento local, como será apresentado adiante. Contudo, ela só ganha esta potência em um discurso político, como o projeto da economia solidária, de princípio transformador e humanizante.

Assim, ações empreendedoras são capazes de viabilizar a organização de uma comunidade auto-sustentável, se estas ações forem de cunho social, cujas estratégias se refiram à inserção e inclusão social e à sustentabilidade. A base para a possibilidade de ações empreendedoras e sociais é o empoderamento da sociedade civil, que organizada, é capaz de promover medidas que garantam o seu desenvolvimento. São as ações de empoderamento que propiciam uma base econômica fundamental para a garantia de novos empreendimentos e sua sustentabilidade.

O diferencial do empreendedorismo social é a base social que o funda, se considerarmos que, a partir dela, as ações empreendedoras têm a solidariedade como garantia, o que permite e viabiliza o surgimento de empreendimentos cooperativos, em um processo de transformação da sociedade que se baliza por este modelo. Conforme Melo Neto e Fróes (2002), esta transformação se caracteriza pelos seguintes elementos:

- a) aumento do nível de conhecimento da comunidade local com relação aos recursos existentes, capacidades e competências disponíveis em seu meio; b) aumento do nível de consciência da comunidade com relação ao seu próprio desenvolvimento;
- c) mudança de valores das pessoas que são sensibilizadas, encorajadas e fortalecidas

em sua auto-estima; d) aumento da participação dos membros da comunidade em ações empreendedoras locais; e) aumento do sentimento de conexão das pessoas com sua cidade, terra e cultura; f) estímulo ao surgimento de novas idéias que incluem alternativas sustentáveis para o desenvolvimento; g) transformação da população em proprietária e operadora dos empreendimentos sociais locais; h) inclusão social da comunidade; i) melhoria da qualidade de vida dos habitantes (p. 41).

Assim, podemos dizer que a perspectiva com a qual se relaciona o empreendedorismo social é o empoderamento do trabalhador e da trabalhadora que, em estreita relação com o desenvolvimento social e coletivo, ganham autonomia em seu trabalho e uma conseqüente melhora das condições de vida, dado que esta visão de empreendedorismo visa a sua base social para além do lucro e das relações de mercado.

Neste contexto, ganha destaque a questão do desenvolvimento local. Enquanto a sociedade neoliberal conta com uma organização globalizada, com processos cada vez mais mecânicos e indiferenciados, o conceito de desenvolvimento local se refere às formas de organização econômica, política e social de pequenas comunidades, catalisando processos mais orgânicos, diferenciados em cada região. O conceito de desenvolvimento local pretende, em suas bases, ir além da questão das variáveis relacionadas à renda, e articular-se a outras demandas, como, por exemplo, a qualidade de vida. Podemos dizer que as próprias origens dos processos de desenvolvimento local se remetem aos efeitos da globalização.

Conforme destaca Jesus (*in* CATTANI, 2003), desenvolvimento local é entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local. Assim, se trata de um esforço localizado e concentrado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos dos recursos locais (p. 72).

O desenvolvimento local é, portanto, um dos conceitos que surgem visando à descentralização da administração pública. Essa descentralização, entretanto, não pode ser reduzida enquanto mero efeito das falhas do mercado ou da insuficiência do Estado, mas deve ser pensada como legitimação das transformações

societárias contemporâneas, que requerem uma relação mais personalizada, humana e solidária (LISBOA *in* CATTANI, 2003).

Assim sendo, o empreendedorismo social, tendo como base organizativa o desenvolvimento local, tem como um de seus princípios fundamentais a ação organizada da sociedade, ou seja, da gestão burocrática e centralizada, o foco direciona-se para uma administração que considera a sociedade civil “e procura estabelecer complementaridades com as instituições regionais e locais, públicas ou privadas, para assegurar os processos” (LISBOA *in* CATTANI, 2003, p. 73). Neste sentido, podemos considerar o desenvolvimento local uma forma de articulação social criativa, que enfatiza redes de apoio, e o papel do capital humano e do capital social<sup>3</sup>.

Dado que as ações empreendedoras sociais, realizadas num contexto de desenvolvimento local, dizem respeito à organização da sociedade civil frente às impossibilidades do trabalho evidenciadas nas transformações societárias, faz-se necessário abordarmos brevemente no que consiste o conceito de sociedade civil e em que medida ela se aproxima e se afasta na noção amplamente difundida de terceiro setor.

Por terceiro setor, compreende-se qualquer forma de atuação de organizações privadas sem fins lucrativos que se dirigem a finalidades públicas. Neste sentido, o que podemos perceber é que há uma conceituação de terceiro setor generalista e contraditória, uma vez que se somam nele atividades muito diversas e heterogêneas. Dentro do que se conceitua terceiro setor se encontram iniciativas de voluntariado, ONGs, cooperativas, ações de filantropia empresarial e movimentos sociais. Segundo Lisboa (*in* CATTANI),

sinal dessa confusão é identificar o terceiro setor ora com aquilo que é público e não-estatal, ora com a sociedade civil” (2003, p. 253). Para o autor, “a categoria terceiro setor sugere um terceiro sistema cujo ator principal agora é o cidadão (ou seja, o poder do povo), contrastando com o poder do príncipe (sistema Estado) e com o poder do mercador (sistema mercado) (2003, p. 254).

Podemos perceber que há, na atualidade, um aumento considerável de entidades filantrópicas e organizações civis, muitas vezes organizadas em redes nacionais (tais como a Associação Brasileira de Empresários Pela Cidadania – CIVES –, e a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais - ABONG), ou até mesmo globais. O sentido disto, conforme entende o referido autor, é uma possível “incorporação do social na racionalidade econômica (a esquerda descobre que o mercado não é pecado, e a burguesia que o social não é um ônus)” e ainda “uma nova forma de

fazer política” (2003, p. 255), sem uma referência centralizada e com o aumento da potência do proletariado, o que nada mais é do que o processo de empoderamento anteriormente citado como um dos pilares do empreendedorismo social.

Diante das transformações societárias em curso, percebemos uma cidadania que subverte o papel centralizador tanto do Estado quanto do mercado, e capaz de atuar de forma criativa, autônoma. Devemos atentar, contudo, para esta nova sociedade civil como um conceito e, nesta condição, algo em constante construção. Projetos políticos capazes de incluir o terceiro setor em uma perspectiva revolucionária de força contestatória –conforme acreditamos ser a economia solidária– são fundamentais para que este movimento não caia em um lugar conservador e burocratizado, ideal para a difusão de ideais de mercado.

Neste sentido, é preocupante que nas principais classificações do terceiro setor estejam ausente sindicatos e movimentos sociais contra-hegemônicos. Conforme aponta Lisboa (*in* CATTANI),

em contrapartida, predomina um enfoque operacional que acentua o aspecto da gestão profissionalizada das organizações civis, buscando-as acriticamente, para o ‘setor independente’, padrões de eficiência gerencial semelhante aos do campo empresarial (2003, p. 256).

Dessa forma, o terceiro setor corre o risco iminente de agir apenas como um setor complementar da economia e do poder estatal. Seu sentido seria apenas o de atuar onde o Estado e o mercado são incapazes ou inadequados. A economia solidária, enquanto projeto social e político, que não se restringe apenas à propostas econômicas de gestão, carrega essa dimensão política que possibilita pensarmos na fundação de outra regulação social, que não é baseada apenas no convívio solidário entre classes desiguais, conforme pode-se sugerir a partir de organizações civis apolíticas.

Para a economia solidária, a erradicação da pobreza e a sustentabilidade, passam “pela construção cooperativa e autônoma da vida socioeconômica, a partir da diversidade da nossa identidade” (2003, p. 257). Ainda conforme Lisboa, dentro do horizonte da busca por um ouro mundo solidário, os novos caminhos são construídos através do debate sobre que desenvolvimento queremos, sobre nosso projeto nacional, redefinindo-se as instituições, inclusive o próprio papel do Estado (2003, p. 257).

Assim, o projeto político e a capacidade formadora da economia solidária têm o diferencial de possibilitar o debate, para além da organização prática

das formas de trabalho. O que se discute, e a economia solidária dá condições para isso, são as formas das relações sociais, dentre as quais o trabalho se insere como posição central.

Dentre as possibilidades de organização das quais se vale a economia solidária, permitida através de ações empreendedoras sociais da sociedade civil, está a formação em redes locais. A questão da formação de redes locais, enfatizada entre as propostas de desenvolvimento local, pode ser apontada como uma nova forma de organização social, no sentido de que as funções e os processos dominantes estão cada vez mais articulados em torno de redes. No caso das iniciativas de desenvolvimento local, que contam com ampla diversidade, não há outro esquema para considerá-las de forma coerente que seja diferente das redes, dado que ela é a melhor possibilidade de representação da organização de grande diversidade trabalhando de maneira coletiva. Segundo apontam Farias, Moreira e Vidal, “diferentemente de cadeias lineares de causa e efeito, as relações entre os componentes de uma rede envolvem múltiplos laços de realimentação, como se fossem agentes e reagentes, a ponto de perder sentido a idéia de origem e destino, emissão e recepção” (s/d, p. 6).

Sob o aspecto econômico da noção de rede de colaboração solidária, sobre a qual se funda a organização do movimento econômico solidário, podemos dizer que é uma estratégia para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares, visando fortalecê-los dentro do contexto do capital, ao afirmar-se antagônico a ele, por pretender como efeitos o crescimento conjunto e a auto-sustentabilidade. De acordo com Mance (*in* CATTANI),

quatro são os critérios básicos de participação nessas redes: (a) que nos empreendimentos não haja qualquer tipo de exploração do trabalho, opressão política ou dominação cultural; (b) preservar o equilíbrio ecológico dos ecossistemas (respeitando-se, todavia, a transposição de empreendimentos que ainda não sejam ecológica e economicamente sustentáveis); (c) compartilhar significativas parcelas do excedente para a expansão da própria rede; (d) autodeterminação dos fins e autogestão dos meios, em espírito de cooperação e colaboração (2003, p. 220).

Pelo exposto, podemos averiguar que as redes locais têm como objetivo básico remontar de maneira solidária as cadeias produtivas. Isso é teoricamente possível se as redes conseguirem produzir tudo o que ainda se busca no mercado capitalista, e, através a correção do fluxo de valores – evitando realimentar

a produção capitalista- o que garantiria a sustentabilidade dessa organização. Essas ações, segundo o que afirma a teoria sobre o tema, são capazes de gerar novos postos de trabalho e distribuição de renda, através da organização de novos empreendimentos para satisfação as próprias redes; organizações essas que, por fim, garantiriam condições econômicas para o exercício das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas.

Isso se refere às possibilidades geradas quando o excedente do trabalho é reinvestido diretamente no social, dado que esta é a finalidade do lucro, diferentemente da finalidade capitalista, que se remete apenas à produção de valor de mercado. De acordo com Mance (*in* CATTANI), “em uma rede, as organizações de consumo, comércio, produção e serviço mantêm-se em permanente conexão em fluxos de materiais (produtos, insumos, etc.), de informação e de valor” (2003, p. 220).

Em termos políticos, as redes são importantes meios de divulgação e implementação das práticas e das propostas da economia solidária, favorecendo o avanço da formação dos trabalhadores e trabalhadoras que, advindos da lógica de mercado, conseguem, através das redes, incluírem-se em outra possibilidade de economia. É através das redes que se difundem valores como a autogestão, a solidariedade, e mesmo o empreendedorismo social. Ainda segundo Mance, “a progressiva e complexa integração dessas diversas redes, colaborando solidariamente entre si, colocou no horizonte das possibilidades concretas a realização planetária de uma nova revolução, capaz de subverter a lógica capitalista” (2003, p. 221). O que significa dizer que, através de uma articulação entre os órgãos que compartilham dos mesmos princípios e de uma lógica contundente como a economia solidária, as transformações societárias em curso na contemporaneidade podem resultar, através da participação ativa da sociedade, em proposições revolucionárias, capazes de inserir-se no capital de forma efetiva, sem submeter-se a ele, mas de modo a questioná-lo e funcionar como possibilidade outra de organização social.

Pretendemos, em nossa reflexão, articular a questão do empreendedorismo social aos princípios da economia solidária, de modo a saber como ela se insere neste contexto, viabilizando uma série de transformações políticas, sociais e econômicas, a partir da própria sociedade civil.

Tentaremos, a partir de agora, inferir de que maneira as propriedades da economia solidária, a partir das ações empreendedoras sociais, podem permitir uma outra forma de inclusão social pelo trabalho, dado que o trabalho está perdendo, na sociedade capitalista neoliberal, o caráter de formação de identidade subjetiva.

A economia solidária pode viabilizar uma nova forma de inserção das relações de trabalho? De que maneiras isso se torna possível a partir dos seus valores? É sobre essa questão que refletiremos no momento que se segue.

### **O papel social do trabalho e a Economia Solidária: caminhos possíveis de uma inclusão humanizadora pelo trabalho**

Para fazer a análise da efetividade da economia solidária enquanto espaço para a construção de uma nova sociabilidade, torna-se necessário situá-la no quadro das transformações da sociedade em curso, na qual a centralidade do trabalho enquanto categoria contemporânea assume formas mais heterogêneas e complexas. Conforme ponderamos anteriormente, na sociedade neoliberal, onde o fator lucro assume posição central na organização social, política e econômica do mundo, as relações sociais reproduzem ciclicamente as cadeias produtivas e, na reestruturação do capital, o trabalho é duramente penalizado e precarizado. Conforme aponta Salazar, “na realidade das sociedades capitalistas, a questão social se coloca de uma forma mais complexa, através do aprofundamento da exploração da força de trabalho, num mercado altamente flexível” (2008b, p. 90).

Esta nova estruturação do mercado de trabalho causa um agravamento da questão social particularmente frente aos processos de exclusão social que se dão pela vulnerabilização do trabalho, realizada via superexploração, subemprego e precarização dos direitos trabalhistas, além do próprio desemprego estrutural. Sobre a questão da exclusão social, Salazar aponta que

vale ressaltar o significado da categoria exclusão social: não significa que o contingente de trabalho esteja fora da dinâmica do capitalismo, fora do sistema econômico. (...) o capitalismo, perversamente, busca incorporar essa população via consumo e via ciclos marginais de atividades e formas de vida de excluídos: formas incipientes de trabalho, pontuais, itinerantes, extremamente precárias, rota do tráfico e da violência, prostituição, vidas no limite, desamparo social, ruptura de laços sociais. Logo, a exclusão social significa não ter acesso aos mais elementares bens, serviços e redes sócio-relacionais, e a imersão da precariedade de vida que não permite a realização humana (2008b, p. 90-91).

Práticas como aquelas exercidas por trabalhadores e trabalhadoras que se associam ao projeto da economia solidária, tais como organização em cooperativas, associações e trabalho domiciliar, refletem estratégias encontradas pelos segmen-

tos excluídos do mercado formal de trabalho no sentido de suprir necessidades mínimas de sobrevivência. Entretanto, ao invés de se incorporarem ao modo de produção capitalista tornando-se estratégias para conter o desemprego e garantir o aumento da acumulação do capital, essas práticas, quando inseridas na lógica da economia solidária, propõem, através de valores e princípios sustentados na solidariedade, uma nova cultura do trabalho.

Segundo afirma Salazar, “a crise do trabalho abstrato, dispêndio da força humana de trabalho socialmente determinada, não pode ser entendida como a crise do trabalho concreto” (2008b, p. 100). Ou seja, ainda que haja uma redução quantitativa do trabalho no mundo produtivo, o trabalho abstrato cumpre valor decisivo nas relações de troca. Para dar seguimento a nossa reflexão, abordemos os conceitos de trabalho concreto e trabalho abstrato, teorizados por Marx. Para isto, nos utilizaremos das considerações de Salazar (2008b).

Conforme aponta a referida autora, o trabalho, para a teoria marxista, tem uma dupla dimensionalidade, a saber, trabalho abstrato e trabalho concreto. A autora resume da seguinte forma:

o trabalho é, ao mesmo tempo, dispêndio de força humana de trabalho, sob a forma especial para um determinado fim que, através do **trabalho concreto**, ou seja, do trabalho humano comum a todas as sociedades, cria valores socialmente úteis (**valores-de-uso**). E é o **trabalho abstrato**<sup>4</sup>, enquanto trabalho determinado historicamente pelas relações sociais capitalistas, que adquire a forma de trabalho alienado, fetichizado configurado historicamente pelo trabalho assalariado (2008b, p. 101).

Marx desenvolve o seguinte esquema argumentativo: a mercadoria, enquanto única forma de produção capitalista é, tanto um valor de uso, quanto um valor de troca. O primeiro representa um objeto externo, de qualidades materiais úteis para satisfazer determinadas demandas; já o valor de troca é uma relação quantitativa que pressupõe alguma substância comum que não se percebe empiricamente, de forma imediata. Essa substância comum é representada pelo trabalho abstrato, comum a todas as mercadorias, e despido de suas especificidades, simples despesa de energias humanas. Assim, podemos dizer que o trabalho concreto se manifesta nos valores de uso, enquanto o trabalho abstrato se manifesta nos valores de troca, ou seja, nas relações produtivas. É a partir do trabalho abstrato que podemos inferir a categoria histórica e social do trabalho.

O trabalho abstrato, desta forma, é o que se apresenta como trabalho alienado da sociedade burguesa. A alienação econômica do trabalhador consiste, substan-



cialmente, em despossuí-lo do controle do trabalho e do seu produto. Conforme aponta Castro (s/d, p. 264), “assim, não é o trabalhador alienado quem usa os meios de produção, base material do capital; são os meios de produção, são as ‘coisas’, funcionando como capital, que usam o trabalhador, que mandam e exploram o trabalho assalariado”. Ainda segundo o autor, “o trabalho abstrato é a propriedade que adquire o trabalho humano quando é destinada à produção de mercadorias e, por isso, somente existe na produção de mercadorias” (s/d, p. 265). Também podemos acrescentar a questão do salário, que nada mais é, do que a forma mistificada do preço do trabalho, que representa o valor de troca da força do trabalho; o trabalho, a partir das relações de salário, torna-se mera mercadoria. As relações de salário, portanto, distanciam cada vez mais o trabalhador do resultado de seu trabalho, o que favorece a alienação.

Através dos princípios de Marx, podemos pensar a categoria trabalho sobre dois aspectos, a saber, *work* e *labor*. Assim, o trabalho compreende-se em dois momentos distintos, mas que pertencem a um único processo. De acordo com Salazar,

isto implica em compreender que o trabalho, enquanto desenvolvimento do conjunto da humanidade é atividade inerente à condição humana (*work*). Mas também é sinônimo de trabalho alienado, fetichizado, execução da vida cotidiana (*labor*). Portanto, o trabalho é marcado por um processo dialético, que não podemos reduzir a um ou outro aspecto. Em outros termos, isso implica entender o trabalho a partir de suas contradições (2008b, p. 103).

Podemos dizer que, na sociedade capitalista, ao mesmo tempo em que o trabalho pode ser analisado positivamente, pela questão da objetivação do ser social, ele também tem o caráter negativo da alienação que o determina. Salazar (2008b) aponta que, no mundo contemporâneo, há uma intensificação deste processo de alienação, dado que o trabalho abstrato, no contexto da flexibilização produtiva e da precarização, não é mais regulamentado e protegido.

Dadas as atuais tendências que apontam para a precarização das relações no mundo do trabalho, torna-se uma questão saber quais os desafios na tentativa de constituir uma nova sociabilidade, conforme deseja o projeto da economia solidária, que se dota de sentido no trabalho e pelo trabalho. Essa nova sociabilidade só pode ser considerada sob esse movimento histórico e dialético da sociedade, em constante processo de reconstrução das práticas sociais que se desenvolvem na contemporaneidade.

A construção de uma nova ordem social, como propõe a economia solidária, só pode ser considerada a partir de novas possibilidades de sentido para o trabalho, para além do capital. Salazar (2008b) afirma que sem perder de vista a lógica do capital, faz-se necessário considerar a potencialidade de grupos e movimentos relativamente organizados, que começam a sinalizar para a constituição de espaços mais democráticos que subvertem a lógica dominante do capital. A partir das considerações de Antunes, Salazar coloca que

a partir das atuais transformações societárias, a invenção societal de uma nova vida, autêntica e dotada de sentido, recoloca a necessidade de construção de um novo sistema de metabolismo social, onde o trabalho é entendido enquanto atividade autodeterminada, baseado no tempo disponível (para produzir valores socialmente necessários) e contra a produção fundada no trabalho enquanto atividade heterodeterminada (baseada no tempo excedente para a produção exclusiva de valores de troca para o mercado e para a reprodução do capital). Dessa forma, a possibilidade de instaurar uma nova sociedade, tendo como base as necessidades humanas, não se encerra no trabalho. Mas tem seu ponto de partida no desenvolvimento cotidiano das atividades laborativas, que os indivíduos sociais exercem (ANTUNES *apud* SALAZAR, 2008b).

A partir disto, podemos compreender que, conforme expusemos anteriormente, a base do projeto da economia solidária, na tentativa de construção de uma nova sociabilidade, apesar de constituir-se pelo trabalho, inclui uma face política organizada em valores e princípios que viabilizam que ela não se encerre no trabalho, mas possa dotar de sentido as relações sociais e trabalhistas, garantindo a elas, outra lógica que não a de mercado.

Para isso, ela deve incluir em sua análise a indissociação do trabalho concreto e do trabalho abstrato enquanto produção social e histórica; neste sentido, torna-se fundamental, no estabelecimento de uma nova ordem social, considerar a dialética na qual se insere a categoria do trabalho enquanto centralidade, bem como os processos de alienação do trabalhador, facilitados pelo afastamento cada vez maior, na sociedade capitalista, entre o trabalhador e sua produção. Assim, este enfrentamento, na perspectiva da economia solidária, realiza-se contra essa alienação, onde o produtor e seu produto relacionam-se diretamente e o valor produzido retorna diretamente a ele ou ao grupo produtivo ao qual pertence. O trabalho é tomado em sua perspectiva enquanto valor uso e como historicidade de relações sociais e

produtivas, o que garante ao trabalhador tornar seu trabalho categoria central em suas relações, dadas as produções sociais e históricas dele decorrentes.

Frente a esta análise, torna-se necessário compreender o trabalho enquanto ontologia do ser social, ou seja, atividade inerente à existência humana, e como historicidade, em um aspecto sociológico, de modo a compreendermos que, na contemporaneidade, criou-se um modo de se relacionar com o trabalho no qual se subordina estruturalmente ao capital, isto é, há uma subordinação do valor de uso do trabalho sobre o valor de troca. O que ocorre, portanto, é a desconsideração da historicidade e do caráter social na cultura capitalista.

A economia solidária, dentro da consideração histórica do trabalho, ao afirmar a centralidade do trabalho como ponto de partida para a construção de uma nova sociedade, também acrescenta a isso a proposta de transformação da estrutura social, de modo a permitir a construção de novas relações de trabalho. É neste sentido que se encontra o potencial transformador da economia solidária. A partir de mecanismos que colocam o trabalho como categoria central, que reconhece a relação entre o trabalhador e a sua atividade, a economia solidária inclui um projeto político que, através da estruturação de redes locais que contam com a articulação de cooperativas de produção e comércio justo, permite novas estruturas de trabalho. Além disso, a contribuição de processos de formação de multiplicadores e multiplicadoras garante a difusão dos princípios e valores que norteiam a proposta da economia solidária.

O trabalho para a economia solidária, portanto, ganha caráter humanizador, pois aproxima o trabalhador e a trabalhadora de sua atividade e da produção, o que lhes confere, dentro de uma estruturação coletiva, autonomia e dignidade do próprio fazer, que se desvincula da produção de lucro como única finalidade, onde eles são incluídos em uma cadeia produtiva em que não vêem o resultado de seu trabalho, o que resulta em alienação. Neste contexto, a possibilidade do trabalhador e da trabalhadora investirem em ações empreendedoras ganha corpo e os instrumentos pelos quais a economia solidária permite esse movimento merecem destaque. Destarte, façamos uma breve análise do projeto político de economia solidária do atual secretário nacional de economia solidária, Paul Singer.

As bases principais da economia solidária proposta por Singer foram expostas anteriormente em nossa reflexão e apresentadas como contraponto aos efeitos do capitalismo. A autogestão enquanto igualdade de direitos entre os membros, a organização em cooperativas ou associações produtivas, a primazia da solidariedade em contraste com o individualismo competitivo do capital são preceitos já discutidos

em nossa explanação. No contexto do capitalismo, onde o desemprego estrutural e a precarização do trabalho acarretam grande número de trabalhadores e trabalhadoras excluídos das relações de trabalho do mercado formal, a economia solidária surge como possibilidade de sobrevivência. Neste sentido, Singer (*in* CATTANI, 2003) coloca que a solidariedade aos desfavorecidos quer dizer que “as entidades que promovem a economia solidária priorizam a organização de cooperativas formadas por desempregados, trabalhadores em via de perder o emprego por crise na empresa que os assalaria e pobres em geral” (2003, p. 116).

O mercado capitalista se baseia em uma lógica excludente, onde, para determinado grupo que é considerado incapaz, não são apresentadas oportunidades. Classes marginalizadas por conta da idade, da falta de qualificação, discriminação de raça ou gênero são excluídas socialmente dadas à configuração do mercado e não têm asseguradas garantias básicas de subsistência. Neste sentido, a economia solidária procura incluí-las, através das organizações produtivas solidárias, entendendo o trabalho enquanto centralidade nas relações sociais e permitindo, a partir disto, uma nova compreensão social, onde a inclusão social parte do preceito da inclusão pelo trabalho. Neste sentido, Singer aponta que

a solidariedade aos desfavorecidos também se manifesta na formação de cooperativas de prestação de serviços, voltadas ao amparo a crianças em situação de risco, idosos sem meios materiais de satisfazer suas necessidades vitais, viciados em álcool ou outras drogas, pessoas portadoras de deficiências físicas ou mentais, etc. (2003, p. 117).

Dessa maneira, a economia solidária visa restituir às classes marginalizadas suas dignidades, através da inserção pela via do trabalho, onde podem ocupar posições de igualdade frente aos outros trabalhadores e trabalhadoras, através da autogestão das organizações produtivas e das cadeias produtivas das redes solidárias. Neste contexto, todas as classes são entendidas, através do projeto da economia solidária como iguais, e têm as mesmas oportunidades frente aos processos cooperativos engendrados por essa outra sociabilidade que é proposta.

Segundo a reflexão de Gadotti (2009), a economia solidária pode falar em inclusão social uma vez que este é uma das condições de implementação de seu projeto político. Para a lógica da economia solidária, a sustentabilidade, e emancipação, a solidariedade e a inclusão social são fundamentais como princípios e não para resolver seus problemas estruturais, como ocorre no capitalismo. De acordo com o autor,

o conceito de inclusão social é controverso. Não basta incluir. Não há solução se pensarmos apenas na inclusão social que aí está. Incluir na esfera do capitalismo – que é um modo de produção essencialmente exclusivo – é uma contradição evidente. Estaríamos tentando resolver um problema criado pelo capitalismo por meio do próprio capitalismo. Na verdade, a inclusão social não é apenas social. Ela é, necessariamente, também uma inclusão econômica e tecnológica. Numa ótica transformadora, a inclusão com qualidade social deve respeitar e valorizar as diferenças e, ainda, possibilitar maiores esperanças de emancipação (GADOTTI 2009, p. 25).

Conforme a reflexão de Gadotti aponta, a economia solidária não se resume a um produto, um objeto. Ela ganha caráter transformador, pois, apesar de ter como ponto de partida as transformações práticas das relações de trabalho por meio dos empreendimentos solidários, ela é um conceito. Ela implica, a partir de suas considerações conceituais movimentos como o comércio justo, a cooperação, o equilíbrio entre gêneros e o consumo sustentável, entre outros. E, como afirma o autor, “a economia solidária envolve pessoas comprometidas com um mundo mais solidário, ético e sustentável. Por isso, a economia solidária está estreitamente ligada à educação transformadora” (2009, p. 24).

Neste sentido, o autor procura apontar para uma dimensão fundamental para a economia solidária, a saber, a sua capacidade formadora. As práticas de economia solidária envolvem uma mudança cultural – dado que seus trabalhadores e trabalhadoras são remanescentes e acostumados com uma lógica capitalista, onde são objetivados e objetualizados – que só é possível através da formação. A sua eficiência tanto enquanto prática econômica quanto prática política só se viabiliza pela formação. Segundo o autor, “a eficiência econômica está ligada não só a valores econômicos, mas também a valores culturais das práticas solidárias” (2009, p. 33). Isso significa que, para além do projeto econômico, a economia solidária enquanto base conceitual deve ser difundida para que tenha real potencialidade revolucionária.

Em termos práticos, a formação torna-se necessária para permitir que os trabalhadores e trabalhadoras exerçam plenamente os processos autogestionários e suas direções nas redes e cadeias produtivas. O processo de formação de preços dos produtos e serviços elaborados pelas unidades de produção, ou empreendimentos econômicos solidários, busca valores que transcendem a ótica de lucro na lógica neoliberal – na qual estes trabalhadores estavam inseridos anteriormente. São valores extraeconômicos como cooperação, solidariedade e equidade. Desta

forma podemos perceber o surgimento de consciências que resultam no chamado Comércio Justo e Solidário (CJS) que incorpora elementos de comercialização que caminham para outra economia.

Sobre o Comércio Justo e Solidário, é importante que lancemos um olhar mais atento. Este implica três dimensões, que estão intimamente relacionadas, a saber, uma dimensão socioeconômica – relativa às trocas comerciais pautadas em um critério de equidade –, uma dimensão educativa – que propõe o estímulo à aproximação do exercício da cidadania e escolhas responsáveis nos hábitos de consumo – e uma dimensão política – que se engaja em articular outros atores sociais, tais como ONGs e sindicatos (GADOTTI, 2009). De acordo com Fretell e Roca (*in* CATTANI),

entendemos por comércio justo a rede comercial de produção – distribuição - consumo orientada para um desenvolvimento solidário e sustentável, que beneficie principalmente os produtores excluídos ou em situação de desvantagem, impulsionando melhores condições econômicas, sociais, políticas, culturais, ambientais e éticas neste processo (2003, p. 36).

Este modo de organização do comércio relaciona-se com a possibilidade de inclusão social pelo trabalho, uma vez que se orienta justamente pela valorização e reconhecimento do trabalho e das expectativas dos produtores e consumidores, permitindo uma melhora das condições de vida. Ainda segundo os autores, “o comércio justo busca diminuir o número de intermediários entre os produtores e consumidores (que geram gastos extras) e pagar pelos produtos um preço determinado e estável” (FRETELL e ROCA *in* CATTANI, 2003, p. 36).

Sobre a redução do número de intermediários, ressaltamos ainda a aproximação da economia solidária com a centralidade da categoria do trabalho que aproxima o produtor de sua atividade, o que lhe garante autonomia e dignidade no seu fazer, conforme apontamos anteriormente, o que também aproxima os membros da cadeia produtiva e possibilita uma melhor distribuição dos valores que são embutidos nos produtos, criando relações mais justas e desenvolvendo atitudes socialmente responsáveis como prerrogativa nestas relações. O comércio justo visa incentivar novos modos de distribuição mais justos, inventar novos vínculos e imaginar novos meios de negociação, para a adoção de normas éticas na distribuição de produtos justos. Dessa forma, representa um meio autêntico de realização prática da teoria da economia solidária, com aplicação efetiva de seus conceitos e valores, no que se refere aos modos de produção de relações sociais e de trabalho.

Com esta reflexão procuramos discorrer sobre a categoria do trabalho e de que maneira a inclusão social pode acontecer de modo concreto na perspectiva da economia solidária. Ao longo de nossa discussão, percorremos os conceitos de empreendedorismo e empreendedorismo social, para evidenciar de que forma o capitalismo busca reestruturar-se diante dos seus próprios efeitos, reciclando conceitos e conferindo-lhes novo sentido e como a economia solidária, enquanto contrária aos modos produtivos do capital, se utiliza de certos conceitos apenas para subvertê-los à sua lógica, mais igualitária.

A economia solidária, apesar de suas bases históricas, é ainda um conceito muito recente, e não temos como visualizar as conseqüências de seu avanço social em longo prazo. O que pretendemos, contudo, não foi uma análise das transformações futuras que a economia solidária pode acarretar. Buscamos apresentar de que maneira ela se organiza na atualidade como uma proposta transformadora e os seus efeitos diretos na contemporaneidade, exercidos, por exemplo, na mudança para uma postura ativa de luta de classes. Neste sentido, o Serviço Social pode articular-se a esta proposta, condizente com o que é pretendido em seu projeto ético-político, ou seja, pela via da mediação, compreender o contexto institucional e com isso, estabelecer novas possibilidades e projetar novas ações.

## **Referências**

BARBOSA, R. N. C. *A Economia solidária como política pública*. São Paulo: Cortez, 2007b.

CASTRO, R. P. *Trabalho abstrato e trabalho concreto*. In *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Artigo capturado em 20 de setembro de 2010. Disponível em [http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Trabalho\\_Abstrato\\_e\\_Trabalho\\_Concreto\\_ts\\_\(com\\_pequeno\\_erro\).pdf](http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Trabalho_Abstrato_e_Trabalho_Concreto_ts_(com_pequeno_erro).pdf). [online]

CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

DIAS, G. P. *Empreendedorismo: uma “nova” noção para a (com) formação humana nos interesses do capital*. Artigo capturado em 15 de agosto de 2010. Disponível em [boletimef.org/.../1962/.../BoletimEF.org\\_Educacao-e-empreendedorismo.pdf](http://boletimef.org/.../1962/.../BoletimEF.org_Educacao-e-empreendedorismo.pdf). [online]

DOLABELA, F. *O segredo de Luísa*. São Paulo: Editora de Cultura, 2006.

FARIAS, I. Q.; MOREIRA, V.; VIDAL, F. A. *Empreendedorismo social e economia solidária: um estudo de caso da rede de desenvolvimento local integrado e sustentável da*

comunidade do grande bom jardim. Artigo capturado em 27 de outubro de 2010. Disponível em [http://www.unioeste.br/projetos/casulo/files/emp\\_soc\\_ec\\_sol.pdf](http://www.unioeste.br/projetos/casulo/files/emp_soc_ec_sol.pdf). [online]

GADOTTI, M. *Economia solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

MELO NETO, F. P.; FRÓES, C. *Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

SALAZAR, S. N. *Trabalho e educação nas práticas de economia solidária: uma sociabilidade na perspectiva emancipatória?* Tese de doutoramento: PUC-RJ, 2008b.

SCHUMPETER, J. A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Difel, 1976.

## Notas

- 1 Este artigo é parte da monografia de conclusão de curso apresentada ao Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em dezembro de 2010 sob orientação da professora Sueli Bulhões da Silva.
- 2 Assistente Social graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: alex.gomes.esteves@gmail.com
- 3 Conforme apresentam Farias, Moreira e Vidal (s/d, p. 4), “o capital social seria o potencial de atuação da sociedade concebido em suas diversas formas de associativismo”, enquanto o capital humano seria “o estoque de valores, atitudes, conhecimentos e habilidades de uma determinada comunidade”. (s/d, p. 4).
- 4 Grifos da autora.

Submetido em março de 2011, aceito em junho de 2011.